

Propina na Petrobras (DIEGO ESCOSTEGUY E MARCELO ROCHA, COM MURILO RAMOS, HUDSON CORRÊA e LEANDRO LOYOLA)

As empresas de fachada, as contas em paraísos fiscais, a lista de empreiteiras – e os indícios de corrupção que o ex-diretor Paulo Roberto Costa não conseguiu destruir antes de ser preso



ARQUIVO - Paulo Roberto Costa, ex-executivo da Petrobras. Ele guardava provas de suas transações (Foto: Blenda Souto Maior/DP/D.A Press)

DESDE que a Polícia Federal **prende** Paulo Roberto Costa, o ex-executivo mais poderoso da **Petrobras**, há duas semanas, Brasília não dorme. Dezenas de grandes empresários, entre eles diretores das maiores empreiteiras do país e das gigantes mundiais do comércio de combustíveis, todas com negócios na Petrobras, também não. Paulo Roberto Costa era diretor de Abastecimento da Petrobras entre 2004 e 2012. Era bancado no cargo por um consórcio entre PT, PMDB e PP, com o aval direto do ex-presidente **Lula**, que o chamava de "Paulinho". Paulo Roberto Costa detém muitos dos segredos da República – aqueles que nascem da união entre o interesse de empresários em ganhar dinheiro público e do interesse de políticos em cedê-lo, mediante aquela taxa conhecida vulgarmente como propina. E se Paulo Roberto fosse descuidado e guardasse provas desses segredos? E se, uma vez descobertas pela PF, elas viessem a público? Pois Paulo Roberto guardou. Tentava destruí-las quando a Polícia Federal chegou a sua casa, há duas semanas. Mas não conseguiu se livrar de todas a tempo.

ÉPOCA obteve cópia, com exclusividade, dos principais documentos desse lote. Foram apreendidos nos endereços de Paulo Roberto no Rio de Janeiro, onde ele mora. Esses documentos – e outros que faziam parte da denúncia que levou Paulo Roberto à cadeia e ainda não tinham vindo a público – parecem confirmar os piores temores de Brasília. Paulo Roberto e o doleiro Alberto Youssef, também preso pela PF e parceiro dele, acusado de toda sorte de crime financeiro na Operação Lava Jato, eram meticulosos. Guardavam registros pormenorizados de suas operações financeiras, sem sequer recorrer a códigos

CONFORME INFORMADO NO RELATÓRIO ANTERIOR TUDO O QUE TEM NA CONTA DA BS é seu. Solicitei ao Georgeo um extrato atualizado, além de um relatório mês a mês do que foi transferido para você em 2013 para você ter os dados corretos, mas ainda não recebi e portanto não gostaria de falar em estimativas. O Konstantinos disse que vc iria com ele em Agosto lá no UBS para encerrar a minha conta e a BS e transferir tudo para vc numa conta e empresa que vc abriria. Não sei se vcs fizeram isso. Ele disse ainda que minha presença física não é necessária. Já autorizei ele e o Georgeo a resolverem tudo com vc em meu nome. Seria menos uma coisa sua em meu nome e meu controle e está fácil de resolver. Se vc não tiver data para viajar a outra solução seria retirarmos um extrato e eu transferir tudo para os gregos e eles te entregarem aqui ou transferirem para uma outra conta sua lá fora.

SUGESTÃO: ENCERRAR A BS QUE ESTÁ 100% NO MEU NOME E TRANSFERIR TUDO NOVAMENTE PARA OS GREGOS OU EU TRANSFERIR 100% DAS COTAS da BS PARA VOCÊ.

2) GEORGE / BRUNO LUZ

TOTAL PR US\$ 800.000,00 (Local: Lombard Odier-Gen) */ PAUL*

Mariano acertou o primeiro semestre de 2013. Já

A) Local: RBC -IC

TOTAL PR = US\$ 2.420.000,00 (Márcio acompanha esta conta e tem todas as informações para mantê-lo atualizado daqui para a frente. Não recebi nenhuma notícia de recebimento e estou encerrando a minha relação com este banco e estas pessoas até o final do mês. Não tenho nem com confirmar o valor acima mais o Márcio pode facilmente solicitar um extrato para vc.

“EXTRATO”

Trecho de relatório atribuído pela PF ao doleiro Alberto Youssef para Paulo Roberto Costa (acima). Organizado, Costa recebia de Youssef uma detalhada prestação de contas daquilo que a PF suspeita serem propinas arrecadadas

Era tudo em português claro, embora gramaticalmente sofrível. Anotavam os nomes de lobistas e empresários, quase sempre os associavam a negócios e a valores em dólares, euros e reais. Os registros continham até explicações técnicas e financeiras das operações. Os valores milionários mencionados nos documentos, suspeita a PF – uma suspeita confirmada por três envolvidos ouvidos por ÉPOCA –, referem-se a propinas pagas pelas empresas, nacionais e estrangeiras, que detinham contratos com a área da Petrobras comandada por Paulo Roberto. Os papéis já analisados pela PF (há muitos outros que ainda serão periciados) sugerem que as maiores empreiteiras do país e as principais vendedoras de combustível do planeta pagavam comissão para fazer negócio com a Petrobras.

Para compreender o esquema, cuja vastidão apenas começa a ser desvendada pela PF, é necessário entender a função desempenhada por cada um dos principais integrantes dele. Como diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto fechava, entre outros, contratos de construção e reforma de refinarias (do interesse das empreiteiras brasileiras) e de importação de combustível (do interesse das multinacionais que vendem derivados de petróleo). Paulo Roberto assinava os contratos, mas devia, em muitos momentos, fidelidade aos três partidos que o bancavam no cargo (PT, PP e PMDB). Paulo Roberto garantia a Petrobras; lobistas como Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, e Jorge Luz, ligado ao PT e ao PMDB, cujos nomes aparecem nos papéis apreendidos, garantiam as oportunidades de negócio com as grandes fornecedoras da Petrobras – e, suspeita a PF, garantiam também possíveis repasses aos políticos desses partidos. Para a PF, a Youssef cabia cuidar do dinheiro. Segundo envolvidos, essa tarefa também cabia a Humberto Sampaio de Mesquita, conhecido como Beto, genro de Paulo Roberto. Ele o ajudava nos negócios e é sócio de uma empresa que tem contrato de R\$ 2,5 milhões com a Petrobras. Eram uma espécie de banco do esquema, ao providenciar empresas de fachada para receber as propinas no Brasil e nos paraísos fiscais, ao gerenciar as contas secretas e a contabilidade e ao pagar no Brasil, quando necessário, a quem de direito.

Essa divisão de tarefas funcionou por muito tempo. E, suspeita a PF, enriqueceu essa turma. Entre os documentos que serviram de base para a prisão de Paulo Roberto, *ÉPOCA* revela com exclusividade as planilhas com pagamentos de grandes empreiteiras brasileiras à MO Consultoria, uma das empresas de fachada de Youssef. Foram feitos enquanto Paulo Roberto ainda estava no cargo, celebrando ou renegociando contratos com algumas dessas empreiteiras, responsáveis por construir refinarias no Brasil, notadamente a Abreu e Lima, em Pernambuco. Além de pagamentos da Camargo Corrêa e da Sanko, que já vieram a público, as planilhas revelam, de acordo com as suspeitas da PF, transferências milionárias de OAS, Galvão Engenharia e Jaraguá. No total, a PF identificou até o momento cerca de R\$ 31 milhões em “pagamento com suspeita de ilicitude”. Algumas dessas empreiteiras ganharam grandes contratos nas refinarias enquanto Paulo Roberto era diretor. A Jaraguá, conforme revelou *ÉPOCA*, foi a maior doadora da campanha dos deputados do PP em 2010.

Em 2012, quando Paulo Roberto foi demitido, tudo mudou. A presidente Dilma Rousseff e a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, nunca suportaram Paulo Roberto. Segundo interlocutores próximos das duas, ambas enfrentaram dificuldades para apeá-lo do cargo. Para ter uma noção da relevância da Petrobras na política do país, Dilma e Graça não tiveram força suficiente para nomear o sucessor de Paulo Roberto. No lugar dele, por indicação do PMDB, ficou José Carlos Cosenza, número dois de Paulo Roberto e homem de sua confiança. Nesse momento, os documentos apreendidos sugerem que o esquema tenha começado a enfrentar problemas. Tal versão é confirmada por cinco pessoas com conhecimento dessas operações, entre integrantes desse grupo, lobistas e deputados que sustentavam Paulo Roberto.

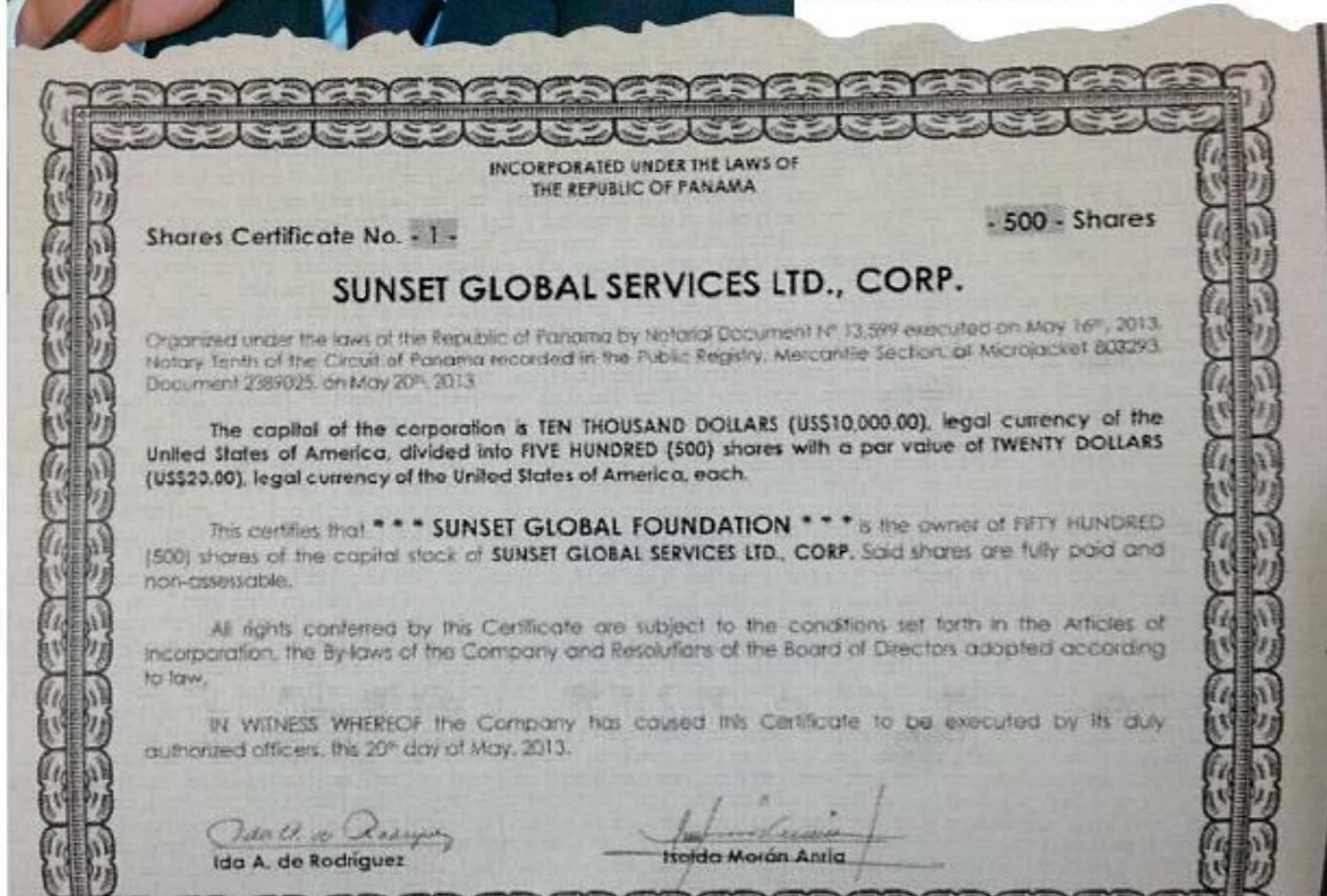




“BANQUINHO”
O doleiro
Alberto Youssef
em depoimento.
Ele mantinha
uma espécie de
pequeno banco
da ilegalidade

A EMPRESA

Documento apreendido pela Polícia Federal (*abaixo*) mostra que Youssef abriu uma empresa offshore, a Sunset Global, para Paulo Roberto. A representante é a mulher de Paulo Roberto, Marici Azevedo Costa



É sob essa luz que podem ser interpretados alguns dos documentos mais valiosos apreendidos pela PF com Paulo Roberto. Trata-se dos relatórios mensais entregues por “Beto” a Paulo Roberto. Para a PF, “Beto” é Alberto Youssef. Segundo outros envolvidos, “Beto” é Humberto, genro de Paulo Roberto. Os documentos são uma espécie de extrato de conta-corrente preparado por Youssef, que funciona como um “banquinho”. Em vez de siglas incompreensíveis e taxas abusivas, aparecem neles não apenas valores atribuídos a depósitos e retiradas das contas, mas também o contexto das operações. Procurado por ÉPOCA, Humberto Mesquita afirmou que estava no trânsito e não poderia falar. “Não tenho nada a ver com isso, amigo”, disse.

Os relatórios de 2013 sugerem que “Beto”, seja ele o genro ou o doleiro, e Paulo Roberto gradualmente se afastavam. No mesmo momento, Youssef montava uma nova estrutura financeira para Paulo Roberto no exterior, com empresas de fachada offshore. Youssef buscava fechar contas nos paraísos fiscais que recebiam dinheiro de multinacionais. Apesar da saída de Paulo Roberto da Petrobras, contribuições ainda eram pagas – pois alguns dos contratos seguiam valendo. Ao fechar as contas que comandava em nome de Paulo Roberto – e das quais, suspeita a PF, retirava uma comissão –, Youssef montava uma operação independente para Paulo Roberto, com empresas de fachada offshore e outras contas secretas.

Em maio de 2013, segundo o relatório, Youssef ainda comandava quatro contas secretas em conjunto com Paulo Roberto: uma no banco UBS de Luxemburgo; outra no banco Lombard Odier, na Suíça; uma terceira no banco Itaú, não se sabe em que país; e a última no banco RBC, nas Ilhas Cayman. O relatório não é exato sobre o valor acumulado nessas contas. Somando apenas o saldo de algumas delas com os depósitos pagos naquele momento pelas empresas com negócios na Petrobras, chega-se ao total de US\$ 3,7 milhões. A conta com maior saldo – US\$ 2,42 milhões – está no RBC das Ilhas Cayman. A conta no Itaú referia-se, segundo o relatório, à empreiteira Alusa e tinha saldo de R\$ 127.400 em agosto de 2011, quando Paulo Roberto estava na Petrobras. A Alusa firmou contratos de R\$ 3,5 bilhões com a Petrobras nos últimos anos. O maior deles, de R\$ 1,5 bilhão, foi firmado em 2010. Em 2008, a Alusa fechara um contrato de R\$ 966 milhões para fazer obras na Refinaria Abreu e Lima.

Pode sobrar para eles

Os parlamentares que podem ser atingidos por uma CPI da Petrobras



FERNANDO COLLOR

O senador indicou o presidente e dois diretores da BR Distribuidora. Seu amigo Pedro Paulo Leoni Ramos tem influência em negócios da Petrobras



CÂNDIDO VACCAREZZA

O deputado petista é ligado a Jorge Luz, um dos lobistas mais ativos na Petrobras, e participou da indicação de Andurte Duarte, diretor da BR Distribuidora



ANDRÉ VARGAS

O vice-presidente da Câmara é amigo do doleiro Alberto Youssef, sócio de Paulo Roberto Costa. Vargas recorreu aos serviços dele para viajar num jatinho com a família



MÁRIO NEGROMONTE

O deputado do PP baiano era um dos patrocinadores do diretor Paulo Roberto Costa na Petrobras. Seu irmão é funcionário do doleiro Alberto Youssef numa empresa

Segundo “Beto” afirma nos documentos, a conta no UBS de Luxemburgo fora aberta em nome da empresa de fachada BS Consulting, com o propósito principal de receber dinheiro da GB Maritime, empresa que intermedeia o aluguel de navios para a Petrobras – área de Paulo Roberto. Naquele ano, a conta no UBS recebera US\$ 560 mil da GB Maritime – o valor variava mês a mês, diz “Beto” nos documentos, em razão dos dias parados dos navios. “Beto” afirma que já dissera aos “gregos” que, a partir daquele momento, os depósitos na conta do UBS seriam apenas relativos à parte de Paulo Roberto; o que coubesse ainda a ele deveria ser pago em outra conta. Sugere ainda transferir a BS Consulting para o nome de Paulo

Roberto. Quem são os gregos? Um é chamado de "Konstantinos". O outro de "Georgeus". A PF suspeita – e executivos da Petrobras corroboram essa suspeita – de que se trata de Georgios Kotronakis, um dos diretores da GB Maritime, que já trabalhou na Petrobras, e do pai dele, o cônsul honorário da Grécia no Brasil há mais de 30 anos, Konstantinos Kotronakis.

Konstantinos afirma que conheceu Paulo Roberto há seis anos, devido aos negócios da Petrobras com armadores gregos. "Inclusive fui muitas vezes à Petrobras tratar de navios, é tudo normal. Tenho de incentivar negócios entre Brasil e Grécia", diz. "O diretor costumava ir a cada dois anos a um evento de armadores de navios na Grécia."

De acordo com os registros de "Beto", a conta no UBS de Luxemburgo também recebia dinheiro da Glencore Trading, uma das maiores vendedoras de derivados de petróleo do mundo. A Petrobras compra muito dela. Naquele mês de maio, o depósito da Glencore, segundo o relatório, foi módico: US\$ 9.973,29. "Só houve um negócio realizado", escreveu "Beto". A Petrobras também compra muito do combustível vendido no Brasil da Trafigura, a maior empresa independente de vendas de petróleo e minério do mundo. Ela tem escritório em 58 países e faturou em 2013 o equivalente a US\$ 113 bilhões. No ano passado, seu lucro foi de US\$ 2,2 bilhões, resultado influenciado pelos bons negócios que mantém no Brasil.

Os volumes atribuídos à Trafigura no relatório são bem maiores. Na posição consolidada em maio, Paulo Roberto tinha um saldo de US\$ 446.800 e € 52.800 com a Trafigura. No caso da Trafigura, a conta que aparece está no banco Lombard Odier de Genebra. Segundo as investigações da PF, o saldo deve-se sobretudo à compra de combustível da Trafigura. Naquele momento, o relatório diz que a Trafigura ainda tinha de pagar pelo contrato que a Petrobras tinha de aluguel de um terminal de tancagem de combustível em Suape, Pernambuco. No relatório, "Beto" reclama da Trafigura. "Está inadimplente em 2013", escreveu. "Estou cobrando o Mariano. Disse que resolveu, mas ainda não tive confirmação do banco." Mariano, segundo as investigações, é Mariano Marcondes Ferraz, um brasileiro que ascendeu velozmente na hierarquia da Trafigura ao garantir contratos da empresa na África, sobretudo em Angola. Foi recentemente alçado à diretoria da empresa.

"Beto" não cuidava sozinho das relações com a Trafigura e da conta em Genebra. Aqui, segundo ele, entram o lobista Jorge Luz e seu filho, Bruno Luz – ambos o ajudavam. Jorge Luz é um dos mais antigos lobistas da Petrobras. No governo Lula, construiu boas relações com chefes do PMDB e do PT. No PMDB, é próximo do senador Jader Barbalho e do empresário Álvaro Jucá, irmão do senador Romero Jucá, dono de uma empresa que tem contratos na Petrobras. Também tinha boas relações com o presidente do Senado, Renan Calheiros. No PT, é ligado ao deputado Cândido Vaccarezza, um dos expoentes da ala conhecida como "PMDB do PT", que inclui os deputados André Vargas, José Mentor e Vander Loubet – um grupo que ainda tem influência na Petrobras, por meio de indicações políticas na BR Distribuidora, subsidiária da empresa. O que todos esses políticos têm em comum? O medo de uma CPI da Petrobras. Por isso atuam energeticamente para derrubá-la.

Nome	Qtd.	Valor
SANKO SIDER COM IND EXP(*)	57	24.113.440,83
M O CONSULTORIA E LAUDOS EST(*)	87	10.379.983,69
INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	1	4.317.100,00
JARAGUA EQUIPAMENTOS INDUSTRIA(*)	2	1.941.944,24
SANKO SERVICOS DE PESQUIS(*)	8	1.926.873,35
GALVAO ENGENHARIA S/A(*)	4	1.530.158,56
CONSTRUTORA OAS LTDA	1	619.410,00
OAS ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A(*)	2	563.100,00
ENGE LTD (*)	2	401.774,00

A eficiência de Jorge Luz e “Beto” é inquestionável. Meses depois, em setembro de 2013, “Beto” informa, em novo relatório a Paulo Roberto, que a “inadimplência” da Trafigura foi resolvida. De US\$ 446.800, o saldo da conta sobe para US\$ 800 mil. “Depois de muita insistência e cobrança minha, o Mariano acertou o primeiro semestre de 2013”, escreve. “Beto” aconselha Paulo Roberto a manter Bruno Luz, que assume os negócios do pai, como responsável diante da Trafigura. Naquele mês, ele afirma que, de todos os negócios de que eles se desfaziam, faltavam apenas aquelas duas contas – a conta que recebia dinheiro da Trafigura e a conta que recebia dinheiro da GB Maritime. “Se fosse possível resolver este ano(*as duas últimas contas*) seria bom, pois acabaria esta questão de relatório e, principalmente, não teria mais nada seu comigo”, escreve no relatório.

O Range Rover que Youssef comprou para Paulo Roberto deve ser atribuído, de acordo com as investigações, a esse acerto de contas. Não se trata de um presente. Trata-se de dinheiro dele, Paulo Roberto, que tinha saldo no “banquinho” de Youssef. Apesar de liquidar as operações que tinha com Paulo Roberto, Youssef criou para ele, em 21 de abril do ano passado, uma empresa offshore no Panamá: a Sunset Global. Os documentos de constituição da offshore foram encontrados no escritório de Youssef e obtidos por ÉPOCA. A mulher de Paulo Roberto, Marici da Silva Azevedo Costa, representa o marido na offshore. Com Youssef, a PF também apreendeu um instrumento particular por meio do qual a Sunset Global compra uma bela casa em Mangaratiba, no Rio. A casa custava R\$ 3,2 milhões. A PF ainda não sabe se a operação foi feita. Sabe apenas que Youssef pretendia bancá-la, com dinheiro do próprio Paulo Roberto – uma maneira de esquentar os recursos.

Em depoimento à PF, Paulo Roberto nega qualquer irregularidade. Afirmou que conhecia o doleiro Youssef “quando ainda estava em atividade na Petrobras, mas apenas após sua aposentadoria (*em abril de 2012*) foi procurado por Youssef para prestação de serviço de consultoria no mercado futuro”. Paulo Roberto insistiu ter recebido de Youssef o carrão somente por ter “prestado serviços”. E Paulo Roberto produziu, durante a consultoria, algum tipo de relatório ou documento para Youssef? Ele respondeu que “a consultoria teria se dado principalmente por meio de reuniões presenciais e debates verbais”.



Como acontece em investigações desse tipo, o essencial é seguir o caminho do dinheiro. Nesse caso, seguir o dinheiro recebido e pago por Youssef. No Congresso, Youssef é tido como “banquinho” de vários políticos. Na semana passada, o jornal *Folha de S.Paulo* revelou que André Vargas pegou carona num jatinho fretado por Youssef. O deputado se enrolou todo para explicar a relação com ele. Não é o único deputado que goza da amizade de Youssef. Segundo o depoimento de Leonardo Meireles, que trabalhava com Youssef e fez um acordo de delação premiada com a PF, Adarico Negromonte, irmão do ex-ministro e deputado do PP Mário Negromonte, trabalhava no escritório de Youssef em São Paulo.

Outros depoimentos confirmam o bico do irmão do ministro.

Seguindo o caminho do dinheiro de Youssef, a PF e uma possível CPI chegarão não apenas ao passado da Petrobras, mas também ao presente. Em 19 de setembro de 2012, a Investminas, do empresário Pedro Paulo Leoni Ramos, conhecido como PP, depositou R\$ 4,3 milhões na conta da MO Consultoria – empresa de fachada usada pelo doleiro Youssef. Por que isso é relevante? ÉPOCA mostrou, na semana passada, como PP, secretário de Assuntos Estratégicos no governo de Fernando Collor de Mello, intermedeia negócios envolvendo a BR Distribuidora. PP defende interesses de Collor e de políticos petistas – como o deputado André Vargas – que indicaram dirigentes para a empresa.

DIRETO NA CONTA

Trecho de laudo da Polícia Federal. O documento mostra empresas suspeitas de ter depositado dinheiro na conta de consultoria de Alberto Youssef – entre elas, estão fornecedoras da Petrobras (Foto: Reprodução)

Descobriu-se, também na semana passada, que os tentáculos de PP e de seus sócios se estendem para além da área do petróleo. Em parceria com o governo federal, por meio da elétrica Furnas, empresas ligadas a PP arremataram um leilão para administrar a Usina de Três Irmãos, em São Paulo. A revelação dos sócios do fundo que se juntou a Furnas só ocorreu dias depois da concorrência. No dia do leilão, ninguém sabia quem estava por trás das empresas. O TCU suspendeu a assinatura do contrato atendendo a um pedido do governo paulista. Um dos sócios de PP na empreitada chama-se João Mauro Boschiero, colega de PP no governo Collor e número dois nas empresas de PP.

Todos os caminhos convergem para Youssef. As investigações da PF na Operação Lava Jato revelaram que Boschiero era próximo de Youssef. Boschiero foi flagrado em escutas telefônicas sugerindo que duas pessoas apagassem e-mail, também encaminhado a PP, sobre o laboratório Labogen, que tem Youssef como sócio oculto. “Pedro e Leonardo (além de todos os outros que receberam os e-mails abaixo). Deletem-no urgentemente. As citações que foram feitas derrubam nosso projeto”, afirmou. O Labogen, que contava com laranjas de Youssef, estava prestes a firmar um contrato com o Ministério da Saúde para fornecimento de remédios. Boschiero, segundo o advogado de Youssef, é diretor do Labogen.

A Sanko informou que as datas e os valores de contratos não podem ser fornecidos, por questões de confidencialidade. A MO, segundo a Sanko, foi contratada para a execução de trabalhos técnicos, e a GFD para representação comercial. “Não vendemos diretamente à Petrobras nem a empresas estatais, mas a empresas e consórcios privados, que com frequência utilizam os tubos e conexões que lhes são fornecidos para obras da Petrobras.” A Sanko não revela o nome de seus clientes. Por meio de sua assessoria de imprensa, a Alusa Engenharia afirma que jamais fez repasses ou recebeu recursos de Paulo Roberto. “A empresa rechaça qualquer ligação com esse senhor.” Afirma, também, não ter relação comercial ou pessoal com Youssef. O grupo GPI, do empresário PP, informou que não se manifestaria até que seus advogados tenham acesso às informações em poder da PF. Galvão Engenharia, Jaraguá, OAS e Trafigura não responderam até o fechamento desta edição. A Petrobras preferiu não se manifestar. Diante de um esquema dessa magnitude, como alguém em Brasília poderia dormir?

DIEGO ESCOSTEGUY e MARCELO ROCHA, COM MURILO RAMOS, HUDSON CORRÊA e LEANDRO LOYOLA são Jornalistas e escrevem, esporadicamente para esta publicação. **Revista ISTO É, Abril de 2014.**

Os defensores da contabilidade macabra (MALU FONTES)

NEM MESMO as ruas e a intimidade do lar parecem dar hoje às pessoas a vontade de praticar a intolerância e ofender o outro como as redes sociais dão. Qualquer pessoa se acha no direito de dizer qualquer coisa sobre qualquer um na terra de ninguém que é a web, onde o subsolo do inferno das ofensas e do desrespeito não é o limite. Nem mesmo a morte violenta e a dor das famílias das vítimas merecem respeito por parte de alguns, que não hesitam em dar de ombros à compaixão e por pouco não chegam às raias de comemorar a tragédia alheia.

Diante da repercussão do assassinato recente, em um assalto, do estudante da Ufba, Charles Müller, fato que gerou ampla cobertura da imprensa e protestos dos alunos da universidade, não faltaram nas redes sociais pessoas indignadas e inconformadas, não com a morte do rapaz, mas com a dimensão dada ao caso pelos meios de comunicação e pela time-line de quem recirculava as notícias sobre o latrocínio. O argumento dos descontentes e autodenominados saturados com o volume de notícias veiculadas e postagens sobre o assassinato era o seguinte: morrem dezenas de jovens na periferia e esses não são manchetes de jornal nem objeto de posts em redes sociais.

A linha de raciocínio dos inconformados com as notícias sobre Müller parte de uma evidência real, a morte, a cada semana, de uma média de duas dezenas de jovens pobres assassinados sem repercussão. Mas quando embalada na indignação contra a amplitude adquirida por esse caso específico, a queixa parecia dizer mais algo muito perverso sobre a comoção gerada pela morte do rapaz e nada em defesa dos jovens pobres enterrados anonimamente todos os dias em Salvador. Ao dizer nas redes que não aguentavam mais ler uma linha sobre Müller, os reclamantes não davam nenhum sinal de que estavam insatisfeitos com as dezenas de mortes semanais sem cobertura. Pareciam, em vez disso, perguntar, mesmo que de modo oblíquo, algo como: afinal, o que há demais na morte de um estudante da Ufba diante da morte de tantos outros? Ou seja, era como se esses indignados contra o que consideraram um excesso de cobertura do caso, e que nunca são vistos se manifestando sobre o número de cadáveres anunciado pela imprensa a cada semana, estivessem reivindicando de forma enviesada uma contabilidade macabra de mortos de estratos sociais mais privilegiados, para que, assim, o mundo fosse mais justo. Nesse caso, para que estudantes da Ufba mereçam comoção quando mortos em assaltos, é preciso que muitos outros colegas tenham o mesmo destino e, assim equiparem-se, numericamente àqueles que não são motivo de passeatas ou manchetes dos telejornais.

Nenhuma morte deve ser considerada apenas uma morte a mais. Embora seja verdade que Müller representa um ponto fora da curva de assassinatos em Salvador, por ser branco, de classe média, aluno de um curso universitário tido

como de elite e viver em bairro nobre, sua morte inscreve-se, sim, estatisticamente, na mesma face da moeda da insegurança pública geral, não apenas de Salvador, mas de toda a Bahia e de boa parte do Brasil.

Não se justifica a indignação contra a repercussão do seu assassinato, como se houvesse uma contabilidade de classe que precisa igualar o número de cadáveres de brancos ao de negros e o de ricos ao de pobres. Esse é um raciocínio torto que desrespeita as vítimas e suas famílias. A indignação de todos deve ser contra um estado que não tem respostas para dar a uma sociedade em que pessoas morrem às centenas como baratas, ricos e pobres, assaltados e assaltantes.

MALU FONTES é Doutora em Cultura pela UFBA, jornalista e professora de Jornalismo da mesma Universidade. **Jornal CORREIO**, Abril de 2014.

Um corpo arrastado na Cidade Maravilhosa (FREDERICO AFONSO IZIDORO)

Cláudia teve tratamento pior do que o dispensado aos animais



CLÁUDIA da Silva Ferreira, de 38 anos, auxiliar de serviços gerais, mãe de quatro filhos, fazia parte do grupo mais vulnerável que existe em nosso país: "PPP" – preta, pobre, periferia. Essa senhora foi baleada no dia 16 de março (domingo) após uma operação policial. Na "prestação do socorro", teve o seu corpo arrastado por 350 metros por uma viatura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no Morro da Congonha, em Madureira, subúrbio da Cidade Maravilhosa. Chegou ao Hospital Carlos Chagas já sem vida...

Em que pese o "arrastamento" (houve dilaceração de parte do seu corpo), a Polícia Civil informou que a "causa mortis" foi um dos dois disparos pelos quais foi atingida (um tiro de fuzil que atingiu o coração e um pulmão da vítima teria sido a causa). O atestado de óbito afirmou "laceração cardíaca e pulmonar de ferimento transfixante do tórax por ação perfurocortante". Os três policiais militares foram presos em flagrante por "erros no socorro", ou especificamente por "inobservância de lei, regulamento ou instrução dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar", previsto no artigo 324 do Código Penal Militar (a pena máxima prevista é de seis meses de detenção).

Os policiais pertenciam ao 9º Batalhão da Polícia Militar do Rio, em Rocha Miranda (zona norte). Batalhão este que até então era comandado pelo tenente coronel Wagner Moretzsohn, o qual foi exonerado do cargo de comandante, segundo divulgou o comando da PM. A viatura policial na qual foi conduzida (GM BLAZER) afirma em seu Manual de Instruções (S10/Blazer) na Seção 6 – Comandos e Controles, pág. 6-14: "*Acomodação da bagagem*" – Atenção! Ao acomodar a bagagem, os objetos mais pesados devem ser colocados mais à frente possível, sobre o encosto do banco traseiro (se estiver rebatido), ou atrás do encosto do banco traseiro (se não estiver rebatido). Se os objetos forem empilhados, colocar os mais pesados embaixo dos mais leves. *Objetos soltos no compartimento de cargas podem ser jogados para frente quando o veículo estiver em alta velocidade e frear bruscamente*". (grifo nosso)

Por que as pessoas conduzidas (presas ou não) em uma viatura policial não usam cinto de segurança? Posso até "esticar" a pergunta: por que os próprios policiais não usam cinto de segurança nas viaturas? Nosso Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) afirma: "Art. 65. *É obrigatório o uso do cinto de segurança para condutor e passageiros em todas as vias do território nacional*, salvo em situações regulamentadas pelo Contran [Conselho Nacional de Trânsito]". Continua: "Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo Contran: I - cinto de segurança, conforme regulamentação específica do Contran, *com exceção dos veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé*". Atribui a seguinte penalidade ao descumprimento da desobrigação acima: "Art. 167. Deixar o condutor ou passageiro de usar o cinto de segurança, conforme previsto no art. 65: Infração - grave; Penalidade - multa; Medida administrativa - retenção do veículo até colocação do cinto pelo infrator". (grifos nossos)

O Contran não exige o cinto de segurança, conforme Resolução nº 14/98 nos termos do art. 2º, inciso IV - "não se exigirá cinto de segurança: a) para os passageiros, nos ônibus e microônibus produzidos até 1º de janeiro de 1999; b) até 1º de janeiro de 1999, para o condutor e tripulantes, nos ônibus e microônibus; c) para os veículos destinados ao transporte de passageiros, em percurso que seja permitido viajar em pé; d) para os veículos de uso bélico (inserido pela Resolução nº 279/08)". No âmbito do direito internacional dos direitos humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), ratificada pelo Brasil em 1968, ou ainda, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), ratificada pelo Brasil em 1984 já seriam suficientes para proteger Cláudia. Eu poderia insistir ainda no Sistema Regional Americano de Direitos Humanos e mencionar a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), conhecida como Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 1995. Ainda não há uma "Convenção Internacional de Proteção aos Pobres"...

Para o transporte de animais no interior do veículo (semoventes domésticos, portanto), não há norma específica de como fazê-lo, mas há a menção de como não fazê-lo, por meio de penalidade prevista no já citado Código de Trânsito: "Art. 252. Dirigir o veículo: II - *transportando pessoas, animais* ou volume à sua esquerda ou entre os braços e pernas; Infração - média; Penalidade - multa". (grifo nosso) Jean Cruet, famoso advogado francês que viveu no início do século XX, professor da Faculdade de Direito de Sorbonne (Paris), autor em 1908 da obra *La Vida del Drecho y la Impotencia de las Leys*, destacou: "Vê-se todos os dias a sociedade reformar a lei, nunca se viu a lei reformar a sociedade".

Vimos acima que atos normativos sobram em nosso país. Aqui é o local que "a lei não pega". Nossa Lei Maior determina aos governantes nos objetivos fundamentais a serem alcançados, dentre outros, "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Cláudia teve tratamento pior do que o dispensado aos animais. Provavelmente ao ser jogada no compartimento de cargas (fato muito comum em nossas polícias) foi equiparada a um objeto a ser transportado, até porque pessoas não devem e não podem ser ali (porta-malas) conduzidas!

FREDERICO AFONSO IZIDORO é professor de Direitos Humanos e Direito Constitucional do Complexo Educacional Damásio de Jesus. Professor de Direito Constitucional e Administrativo do Centro Universitário Padre Anchieta. Professor de Direitos Humanos na pós-graduação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Capitão licenciado da Polícia Militar/SP. Mestre em Direito. Pós-graduado em Direitos Humanos e em Processo Penal. Bacharel em Direito e Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública. Autor de diversos livros. *Arte: Coletivo Lute e Pinte. Publicado no projeto 100 vezes Cláudia. Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE, Abril de 2014.*

'Tapear', 'etapear', 'comorbidade'... (PASQUALE CIPRO NETO)

ACHO que já relatei aqui o que me disse um anestesista minutos antes de entrar para a sala de cirurgia em que um dos meus filhos seria operado. Salvo engano, o fato ocorreu em 1985. Perguntei-lhe o básico (que anestesia seria aplicada etc.). Depois de algumas explicações, ele concluiu: "Mas não se preocupe; seu filho é uma criança eutrófica".

Não lembro o que lhe respondi, mas disse-lhe algo que se apoiava na compreensão do que ele quis dizer com "criança eutrófica". Imediatamente ele retrucou: "Você é colega?". "Não", disse eu; "sou professor de português e, por força do ofício, conheço um pouco de grego e latim". O fato é que a tal criança "eutrófica" é uma criança bem desenvolvida, bem nutrida, forte etc. Em "eutrófico/a" temos o elemento grego "eu-" ("bem", "bom"), o mesmo de "eufônico" ("que soa bem"), e o também grego "-trófia" ("nutrição", "desenvolvimento", "alimentação").

Mas o que de fato conta é isto: o anestesista agiu bem quando me disse que meu filho era "uma criança eutrófica"? Essa linguagem é adequada? Que acha disso, caro leitor? Nesta semana, no quesito "linguagem fechada", tivemos um caso bem interessante. Em pronunciamento exibido durante o "SPTV 2ª Edição" da última terça-feira, o secretário da Saúde da cidade de São Paulo, José de Filippi Júnior, disse estas palavras: "...se não estava associado a alguma outra comorbidade...". Entendeu, caro leitor? Sabe dizer de bate-pronto o que é "comorbidade"? E, por sinal, saberia como grafar esse mostrengo?

Repito a pergunta que fiz no fim do quarto parágrafo: essa linguagem é adequada? Que acha disso, caro leitor? Bem, antes que alguém pergunte, o "Houaiss" define "morbidade" como "conjunto de causas capazes de produzir uma doença", "incidência relativa de uma doença". O prefixo "co-" de "comorbidade" é o mesmo de "copiloto" e, como se sabe, indica

ideia de união, junção etc. Peço licença ao grande Elio Gaspari para dizer que Madame Natasha supõe que o secretário da Saúde paulistano quis dizer que pode haver alguma associação (falava-se de um caso de dengue) de causas, ou seja, que, além da dengue... Bem, não preciso concluir, certo, caro leitor?

É de ressaltar que o prefixo "co-" é um tanto incompatível com a expressão "alguma outra" ("associado a alguma outra comorbidade") já que, se existe "comorbidade", existe outra "morbidade" além da que está em discussão. Parece que teria sido bem melhor ir direto ao ponto, com linguagem clara, não específica, sobretudo por se tratar de uma entrevista a uma emissora de TV. A chave de ouro desta semana vem do presidente da Infraero, Gustavo do Vale, que, ao tentar explicar o inexplicável (a quizumba em que está boa parte dos nossos aeroportos), usou a palavra "tapear" nesta passagem: "Nós podemos tapear as obras de modo que você melhore a operacionalidade...". No dia seguinte, a Infraero publicou uma nota em que informa que Vale disse "tapear" no lugar de "etapear", palavra que os nossos dicionários ainda não registram. A nota afirma que Rogério Magri, ou melhor, Gustavo Vale quis dizer que é possível fazer as obras em etapas, o que, de certa forma, condiz com o que ele dissera antes ("...o aeroporto não tem essa questão da obra terminar e não se fazer mais nada; isso é uma coisa constante...").

Entendi. Divide-se a obra em etapas (inumeráveis, de acordo com a lógica do discurso do presidente da Infaero) e espera-se pelo fim do mundo, que chegará antes do fim das obras nos aeroportos, que, como se viu, nunca terão fim. Haja palavreado para disfarçar o indisfarçável. É isso.

PASQUALE CIPRO NETO é Professor de português desde 1975 e também colunista semanal desta publicação. É o idealizador e apresentador do programa *Nossa Língua Portuguesa*, transmitido pela Rádio Cultura (São Paulo) AM e pela TV Cultura, e do programa *Letra e Música*, transmitido pela Rádio Cultura AM. E-mail: inculta@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2014.**

Uma ninfomaníaca no trabalho (LUIZ FELIPE PONDÉ)

O QUE você faria, minha cara leitora, caso tivesse uma amiga ninfomaníaca por perto ou uma colega ninfomaníaca no trabalho? Diria que considerar uma mulher ninfomaníaca é opressão patriarcal e deixaria ela viajar com seu marido? O filme "Ninfomaníaca", volumes 1 e 2, de Lars von Trier, parece dizer que o cineasta dinamarquês decidiu por encerrar seu percurso melancólico com um enquadramento mais psicológico.

No "Anticristo" e em "Melancolia", o universo dramático girava tanto em torno do mundo psicológico (claramente desqualificado no "Anticristo", materializado no marido psicólogo bobó), quanto do teológico e cosmológico. Do jardim do Éden no "Anticristo" a um planeta chamado Melancolia (no filme que recebe seu nome) em rota de colisão com a Terra, o cineasta dava objetividade (teológica e cosmológica) ao que poderia ser compreendido como "apenas" um estado subjetivo.

Em "Ninfomaníaca", esta vastidão parece se reduzir ao drama de Joe e sua infância traumática (pai amoroso e fraco, mãe "cold bitch"), objeto para uma "simples" sessão de terapia. Mas, não nos enganemos, a devastação que a compulsão de Joe causa vai muito além das "manias" de uma paciente tarada. O espectro social de sua condição levanta inúmeros temas que avançam e definem, por exemplo, diferenças entre Lars von Trier e Marquês de Sade, seu "parceiro" em termos de concepção cosmológica de mundo nos dois filmes anteriores. Em Sade a natureza é cruel e nos cria para nos devorar, nos fazer sofrer, e goza em nos matar (relembrando conteúdos gnósticos e maniqueus do velho cristianismo nascente nos primeiros séculos de nossa era, com exceção da sacanagem por que esses cristãos estranhos eram um purinho).

Lars von Trier se afasta do Sade político (a perversão em Sade é "republicana") e dessa chatiche de dizer que sexo é política porque a repressão sexual seria política. Sade idealiza o sexo como libertação e, como ele, toda a baboseira da revolução sexual posterior. Von Trier não idealiza o sexo e vê a perversão como tédio da repetição. Ele já se afastara da política quando sua heroína no "Anticristo" abandona sua tese de doutorado em que defendia a hipótese de que bruxas más eram mulheres reprimidas pelo patriarcalismo. Para ela, que sabe que preferiu gozar a salvar o filho (pecado quase repetido por Joe), a crueldade está nela como em toda a mãe natureza.

Em "Ninfomaníaca" ele volta a tirar sarro de quem acha (como o confessor-virgem-traidor para quem Joe conta sua história) que Joe seja uma vítima social de repressão patriarcal. Nossa heroína até tenta se esconder atrás disso para se safar da baixaria que era sua terapia em grupo, mas não cola nem por dois minutos. Em Joe a perversão não é revolucionária nem republicana. Von Trier se aproxima mais da crítica que faz Kierkegaard, dinamarquês como ele, do "estágio estético" da vida, aquele pautado pela busca da sensação como sentido para vida. A vida para o gozo do corpo define nossa existência contemporânea marcada pelo tédio do desejo. Joe é nossa profetisa.

E aqui voltamos à pergunta que fiz acima: que tal uma amiga ninfomaníaca por perto de seu marido ou namorado? Joe tem problemas no trabalho porque quer dar para todos os homens. Para homens incapazes, uma ninfomaníaca é uma bênção do céu. Sua chefe a intima a fazer terapia, ela vai para salvar sua carreira, mas não dá muito certo. E aí chegamos a um dos tópicos mais interessantes da sociologia do sexo que faz o cineasta.

Uma ninfomaníaca que não respeita a regra básica de não seduzir todos os homens a sua volta torna a vida insuportável; portanto, a liberdade sexual pura e simples (sem entrar na questão do sofrimento psicológico dela, que é óbvio) é inviável. Só gente semiletrada podia pensar, como se pensou um dia, que o sexo livre nos liberta. A proibição do sexo livre, inclusive, evita torná-lo entediante, como é para Joe.

A sociedade é baseada em você crer que a colega de trabalho não vai dar pra todo mundo na empresa, mesmo que você seja uma inteligentinha gostosa contra a repressão do sexo. A sociedade do desejo é um engodo.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). ponde.folha@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2014.**

A escola daqui a 10 anos (ROSELY SAYÃO)

E SE daqui a 10 anos a vida fosse muito parecida com a que vivemos hoje? Se, por exemplo, o mercado de trabalho funcionasse como o conhecemos: com a oferta de empregos em empresas que teriam carga horária semanal predeterminada e horários de entrada e saída idem - com alguma flexibilidade - e com a possibilidade de horas extras de trabalho para os funcionários darem conta das tarefas exigidas?

Se, nessas empresas, os trabalhos exigissem uma formação acadêmica específica e as tarefas em equipe fossem realizadas como têm sido frequentemente hoje, ou seja, com um chefe - ou líder, como gostam de nomear as corporações que se pretendem inovadoras, mas que age como chefe mesmo, organizando sua equipe, cobrando e dividindo o trabalho entre os integrantes dos setores de modo que os resultados sejam parecidos com um "Frankenstein", como é feito hoje? Se os conhecimentos mais valorizados nos empregos fossem prioritariamente os técnicos e os especializados, adquiridos nas escolas, e se o acervo cultural das pessoas não fosse sequer averiguado, como hoje acontece?

E os cursos universitários? Seriam os mesmos de hoje, com pequenas variações, mas com funcionamentos tradicionais e direcionados a um mercado já estabelecido e estável. E a tecnologia? Claro que esperamos que ela avance ainda mais, mas os aparelhos continuariam os mesmos, a maneiras de utilizá-los também, com uma pequena novidade a cada novo modelo. Exatamente como acontece, em geral, hoje. Ah! E o uso da criatividade em qualquer função profissional? Seria como hoje, ou seja, um discurso interessante e estimulante que, na prática, cede espaço ao tradicional e ao conhecido.

Se o mundo, daqui a uns 10 anos, fosse exatamente assim, aí faria sentido todo nosso esforço para que a escola brasileira continuasse funcionando da mesma maneira. Faria sentido, por exemplo, que os pais que têm recursos suficientes investissem tudo o que podem - e às vezes até o que não podem - para colocar o filho em uma escola considerada forte a fim de assegurar ao jovem uma boa colocação no vestibular concorrido de algumas poucas faculdades que oferecem cursos super tradicionais.

Se fosse assim, também faria muito sentido que valorizássemos tanto, no aprendizado escolar, a medição dos acertos que cada aluno é capaz de fazer nas provas. Da mesma maneira, também faria sentido valorizarmos o espírito competitivo com os outros que esse esquema de avaliação produz e entendermos que bom aluno é o que tira boas notas, independentemente do esforço que teve para tanto.

Se fosse assim, também faria sentido considerarmos irrelevante o fato de as escolas não valorizarem a brincadeira e o contato com a natureza na Educação Infantil, a prática para o aprendizado no ensino fundamental e a arte e a filosofia em todos os níveis de ensino. Isso sem falar que também faria o maior sentido pouco nos importarmos, como agora, com o projeto de educação para a cidadania e a convivência respeitosa nas escolas.

Faria muito sentido também o fato de considerarmos de pouca importância o diálogo entre as escolas e as famílias dos alunos. Aqui, é bom lembrar que diálogo não significa, necessariamente, parceria. Mas, pelo jeito, não será assim. Resta aos pais e à escola, portanto, torcerem para que o mundo permaneça igualzinho ao que é hoje.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2014.**

Para José Wilker (CONTARDO CALLIGARIS)

1) Era uma manhã perfeita no Rio: azul, sem uma nuvem e nada abafada -a temperatura certa. Minha mulher estava nas pedras do Arpoador quando recebeu o telefonema. E ela me ligou enquanto eu, em São Conrado, olhava para a praia e para a pedra da Gávea. Pensei (pensamos, na verdade): não pode ser, não num dia assim. Ninguém deveria morrer num dia assim. A beleza é tremendamente traiçoeira. Deve ser por isso que a gente diz que as coisas podem ser "lindas de morrer".

2) José Wilker morreu no sono, sem perceber. Foi assim que morreu minha mãe, anos atrás. E foi assim que morreu, neste mesmo fim de semana de bruxas soltas, a avó de meu filho, minha ex-sogra: sentada numa poltrona. Dizem que essa morte repentina e imprevista é a morte ideal, graças à qual evitamos sofrer pela hora que se aproxima -seja ela a nossa ou a de um ser querido. Entendo, concordo. Mas, na morte clássica, havia um momento que nos faz falta: com os mais próximos ao redor da cama, o moribundo tinha o tempo de se despedir de todos, um por um.

3) O velório durou da noite de sábado até a tarde de domingo, no Teatro Ipanema, que foi o primeiro grande palco de José Wilker no Rio, em 1970. Para alguns artistas que estavam no velório, as peças de Wilker no Ipanema, "O Arquiteto e o Imperador da Assíria" e "A China É Azul", eram as primeiras apresentações que eles viram na vida.

4) O caixão estava no meio do palco; parentes e amigos ficavam nas primeiras fileiras da plateia, e o público subia ao palco, contornava o caixão e descia do outro lado.

No fundo da cena, atrás do caixão, estavam algumas fotografias de José Wilker em diferentes atuações. A maior, no centro, era um retrato dele retirando a maquiagem após uma apresentação de "Mefisto", no começo dos anos 90. Era uma forte metáfora do sacrifício do ator: atrás da maquiagem de cena, o comediante, à força de atuar, à força de ser mil outros, tinha perdido sua vida. E o público, subindo ao palco, fazia essa descoberta, agradecia e rendia homenagem.

5) Porque ninguém podia morrer naquele dia no Rio, porque estávamos num teatro, porque havia sobretudo atores na plateia, eu tinha a sensação, repetida, de que aquilo tudo fosse uma encenação.

Pensava numa comédia de Eduardo de Filippo (talvez "Napoli Milionaria"), em que, de uma hora para outra, saberíamos que o morto era de brincadeira, José Wilker se levantaria, ele faria sua reverência e o público aplaudiria. Ou então talvez se tratasse de um remake de "Dona Flor e Seus Dois Maridos"; alguém gritaria "cooorta!", e Vadinho sairia do caixão para dar uma descansada -porque fazer o morto cansa (pergunte para qualquer ator que fez).

Vadinho é José Wilker, na memória de todos. Vadinho também morreu de repente, sem pré-aviso e num dia que não era para isso, um Carnaval. E Vadinho é um morto duvidoso, um morto que volta. Por isso talvez a sensação de que não era de verdade, que alguém gritaria: "Cooorta".

6) Na madrugada de sábado, na rua na frente do teatro, senti um certo incômodo com os fotógrafos, as câmeras de TV e os celulares dos "fãs".

Mas eis que uma mulher se aproximou de mim e me perguntou: "O senhor sabe se a família dele chegou?". Meio a contragosto, respondi que as filhas dele estavam lá. Mas ela queria saber da família do Ceará, "a família de longe". Com uma sabedoria de retirante, que conheço bem por viver longe de meu lugar de origem, ela queria saber se dera tempo para todos chegarem ao enterro do parente. Expliquei que sim, as irmãs e a sobrinha dele tinham chegado do Recife. Ela disse, com um alívio genuíno: "Que bom". Não era curiosidade, era mesmo cuidado e carinho.

7) Era difícil, se não impossível a família e os amigos reconhecerem todo o mundo. Um senhor corpulento se adentrou nas fileiras dos amigos e da família; comovido, ele abraçava a todos e era retribuído.

Nota dissonante, ele sussurrou no ouvido de uma amiga que aquilo não podíamos deixar passar, que o complô tinha que ser revelado. A amiga me avisou: havia alguém um pouco (ou muito) estranho que circulava no velório distribuindo beijos e teorias conspiratórias. Pensei que ninguém, naquele velório, apreciaria a história do homem corpulento tanto quanto o próprio José Wilker -alguém tinha achado um jeito involuntário de fazer uma última homenagem ao seu humor, legendário.

CONTARDO CALLIGARIS, italiano, é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2014.**

Revolução no ensino médico (ARTHUR CHIORO, HENRIQUE PAIM, LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS)

O BRASIL atingiu em abril a meta de 13 mil médicos a mais nas unidades básicas de saúde, consolidando um programa que provocou um vivo debate acerca do SUS (Sistema Único de Saúde). Com o Mais Médicos, o governo federal, em parceria com Estados e municípios, está construindo um modelo aprovado principalmente pelos usuários da rede pública.

Segundo pesquisa da Confederação Nacional do Transporte, 84,3% da população é favorável à iniciativa. Levantamento do Ministério da Saúde aponta aumento de 27,3% do atendimento a pessoas com hipertensão e de 14,4% a pessoas com diabetes. São dados preliminares. O real impacto sobre a saúde e a qualidade de vida dos 45,6 milhões de brasileiros beneficiados será considerável em três anos.

Nos últimos meses, foram feitos ajustes importantes para uma gestão mais eficiente, como a publicação de regras que tornam mais transparentes a responsabilidade dos municípios na oferta de moradia e alimentação aos médicos participantes. Outra ação foi o aumento do valor repassado no Brasil aos médicos cubanos. Eles passaram a receber o equivalente a R\$ 3.000 por mês, valor equiparado à bolsa dos residentes de medicina brasileiros. Neste momento de reestruturação da atenção básica e do ensino médico no Brasil, está claro que precisamos do reforço de médicos. Os questionamentos sobre o programa deixaram este viés e migraram para motes legais, sendo o principal deles o formato da contratação dos médicos cooperados.

Não há irregularidade sobre a cooperação entre o Brasil e a Opas (Organização Pan-Americana da Saúde). A lei que instituiu o programa autoriza o chamamento de médicos brasileiros e estrangeiros, bem como a celebração de acordos internacionais. As afirmações de que profissionais estariam submetidos a um modelo de relação trabalhista não procedem. A legislação e a jurisprudência afastam essa relação de emprego nos casos em que é preponderante o elemento pedagógico

baseado na integração entre ensino e serviço. Isso se aplica para estágio, residência médica e também para os médicos do programa federal.

Esses profissionais estão inseridos num contexto em que a finalidade é a promoção do aperfeiçoamento profissional na atenção básica de regiões prioritárias para o SUS. O foco do debate tem recaído sobre as ações de curto prazo, fazendo com que elementos estruturantes passem despercebidos. As críticas perdem de vista que o pilar do Mais Médicos reside na reestruturação da formação médica. Até 2018, serão 11.447 novas vagas de graduação em medicina e mais 12 mil vagas de residência médica. Essa expansão tem por base inovações para desconcentrar a formação médica.

Cerca de 30% das novas vagas de graduação serão ofertadas pela rede federal, especialmente pelos novos campi do interior do país. Para os cursos privados, somente serão autorizadas vagas em municípios previamente estudados pelo Ministério da Educação. Além disso, o Conselho Nacional de Educação aprovou novas diretrizes curriculares, priorizando o internato na atenção básica e nos serviços de urgência e emergência do SUS, como forma de fortalecer a medicina geral de família e comunidade.

O compromisso do governo federal é pautado pela garantia de um ensino voltado às necessidades sociais de saúde. Esse mesmo compromisso orienta a seleção de médicos brasileiros e estrangeiros para expansão imediata da assistência à população. Ao conjugar, por meio do Mais Médicos, atendimento da demanda por assistência básica em saúde e a reestruturação da formação de recursos humanos, estamos realizando uma grande revolução no ensino médico no Brasil.

ARTHUR CHIORO, 50, é ministro de Estado da Saúde. **HENRIQUE PAIM**, 47, é ministro de Estado da Educação. **LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**, 49, é ministro da Advocacia-Geral da União. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2014.**

Valesca Popozuda (MÁRCIA TIBURI)

Sobre o reinado do fake autêntico



Valesca Popozuda (Foto: Pardal Produções e Marcelo Faustini)

NÃO será possível entender o fenômeno Valesca Popozuda, nossa Madonna tupiniquim, um dos mais curiosos da indústria cultural brasileira contemporânea, sem perceber a função que um ídolo tem em seu tempo. Carmen Miranda, Elis Regina, Ayrton Senna, para falar de personagens reais de nossa cultura, todos tiveram um lugar importante em seu tempo. Todos simbolizaram algo essencial para quem os amava ou odiava.

O ditado popular que reza que “cada povo tem o político que merece” é verdadeiro se pensarmos na identificação que leva à eleição de um político. O correspondente no campo estético, “cada povo tem o ídolo que merece”, explica a relação de espelhamento que as massas, que criam o ídolo, têm com ele. No desfile dos ídolos, Valesca Popozuda é candidata ao topo de qualquer podium. Nenhuma das divas da indústria cultural tem o poder de Valesca, embora – pelo menos por

enquanto – as outras (Sangalo, Claudia Leite etc.) tenham rendido bem mais do que ela em termos financeiros. O poder de Valesca Popozuda vai além. É o poder do que podemos chamar de hiperidentificação. Transitando entre ricos e pobres, exótica e engraçada para uns, ousada e livre para outros, Valesca agrada à grande maioria. Bem cuidada como negócio, ela deve crescer tanto quanto suas impressionantes pernas provavelmente siliconadas.

A única diva com a qual Valesca é realmente comparável é Xuxa. Xuxa é sua única antecessora, da qual ela é, olhando bem, a única herdeira de porte. No convite ao sexo e ao consumo próprio de todas essas divas, Xuxa entrou na história representando o sexo e o consumismo infantil que infantilizou adultos das novas gerações. Mas Xuxa ficou velha. Xuxa era racista e burguesa e vendia a imagem de puritana usada até hoje por todas as suas herdeiras menores. Valesca, a rainha, é o contrário. Ela é parda e mora na favela, embora pinte o cabelo de loiro como metade das brasileiras. Por mais que se possa considerar a sexualidade como armadilha, Valesca a promete de modo livre. Uma armadilha livre não é uma mera contradição.

Fake autêntico

Pessoas que costumam julgar a partir de padrões de gosto talvez antipatizem com a figura de Valesca Popozuda. Fácil tratar como bizarros aqueles quilos de silicone por todo o corpo. Alguns poderão dizer que, além de rainha do funk, ela é a rainha do mau gosto. Mas o seu mau gosto, demonstrado fartamente no vídeo “Beijinho no ombro”, é o que ela tem de melhor. Tudo o que é falso, no cenário da “Popozuda” parece verdadeiro, mas enquanto denuncia sua falsidade. A mensagem de Valesca é o fake autêntico. Mesmo que ela não saiba, o que Valesca faz é um deboche por inversão. Tudo o que parece fino e elegante, os tecidos, os materiais caros, o figurino de luxo, ela os transforma em “coisa de pobre”. O que era luxo vira lixo. O que há de importante no luxo senão a enganação que a tantos agrada? É assim que Valesca Popozuda, Robin Hood estético, rouba simbolicamente dos ricos para dar aos pobres.

Agradando os excluídos do gosto ela conquista corações e mentes. Valesca engana e agrada, mas não mente que engana. Talvez ela mesma não saiba o quanto é sincera ao ser declaradamente fake. A sinceridade dessa falsidade pode incomodar sacerdotes do bom gosto, mas, para sorte dos “popofãs”, ela não está nem aí com isso.

Talvez Valesca não saiba que é realmente a deusa de um mundo de plástico, cabelos tingidos e silicone. Suas pernas e glúteos são lenda urbana no cenário do funk ostentação. Para alguns funkeiros, a “ostentação” é uma vitória porque pensam ter conquistado algo do mundo capitalista, um luxo aqui, um lixo acolá. Conquistaram certamente o autoengano que é só o que o capitalismo pode oferecer. Outros funkeiros, mais espertos, exercitam o deboche. Mostram o ridículo de uma sociedade cafona como a nossa. Valesca Popozuda – talvez ela não saiba – é a denúncia, o espelho e o flerte mais radical com a atual verdade brasileira.

MÁRCIA TIBURI é graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia. Publicou diversos livros de filosofia, entre eles “As Mulheres e a Filosofia” (Ed. Unisinos, 2002), “Filosofia Cinza – a melancolia e o corpo nas dobras da escrita” (Escritos, 2004); “Mulheres, Filosofia ou Coisas do Gênero” (EDUNISC, 2008), “Filosofia em Comum” (Ed. Record, 2008), “Filosofia Brincante” (Record, 2010), “Olho de Vidro” (Record 2011), “Filosofia Pop” (Ed. Bregantini, 2011) e “Sociedade Fissurada” (Record, 2013).

Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/01/o-casaco-de-marx/>. Acesso em Abril de 2014.

Crime contra a saúde e o bolso (ODED GRAJEW)

ESTIMA-SE que os brasileiros gastem desnecessariamente cerca de R\$ 13 bilhões por ano com medicamentos! Você certamente já se confrontou com a seguinte situação: foi a uma farmácia para comprar um certo número de pílulas receitadas por seu médico e teve que levar uma quantidade maior por causa da embalagem oferecida pelo fabricante.

Os remédios armazenados na casa das pessoas oferecem um risco à saúde da população: podem ser ingeridos por crianças ou reutilizados inadvertidamente numa outra ocasião com data de validade já vencida, provocando graves intoxicações. Além disso, são frequentes os episódios em que, por falta de recursos, muitos compram uma parte do medicamento prescrito e, ao primeiro sinal de melhora, interrompem o tratamento, provocando inevitáveis danos à saúde.

Justamente para evitar problemas como esses, os países desenvolvidos e muitos outros obrigam os fabricantes e as farmácias a venderem remédios fracionados, isto é, a comercializarem o número exato de pílulas receitadas. Se o paciente apresenta uma receita para tomar três doses de antibióticos diárias durante cinco dias, a farmácia lhe vende 15 comprimidos. Todas as multinacionais instaladas no Brasil agem dessa forma em muitos países, inclusive nos seus de origem.

Durante um ano, em 2003, fui assessor especial do ex-presidente Lula. Apresentei a ele a proposta de introduzir no Brasil a obrigatoriedade do remédio fracionado, mostrando as enormes vantagens econômicas e de saúde para os brasileiros. Lula, então, me deu razão e chegou a citar as palavras de sua mulher, Marisa, que se queixava das inúmeras caixas de remédio não utilizadas guardadas no armário do banheiro. Depois disso, o fracionamento passou a ser facultativo, mas não obrigatório.

Ao deixar o governo e reassumir a presidência do Instituto Ethos, tentei levar adiante a campanha pela introdução do remédio fracionado no Brasil. A indústria farmacêutica reagiu violentamente ameaçando retirar todos os fabricantes de remédios do quadro associativo do Ethos. Sugerir que fizéssemos uma coletiva de imprensa explicando os motivos dessa

saída. Em seguida, telefonei para o presidente da fundação Novartis na Suíça relatando o caso e perguntando se o discurso da responsabilidade social da empresa era realmente sério - isso porque a Novartis e outras multinacionais oferecem remédios fracionados em outros países, mas não o fazem no Brasil.

As ameaças contra o Instituto Ethos cessaram, mas o forte, rico e poderoso lobby da indústria farmacêutica contribuiu com mais de R\$ 12 milhões nas eleições de 2010 e conseguiu impedir, até o momento, a obrigatoriedade do remédio fracionado no Brasil.

Nenhum dos governos até agora conseguiu enfrentar esse desafio de colocar o interesse econômico e a saúde dos brasileiros acima do lucro da indústria farmacêutica brasileira - que, aliás, é um dos maiores do mundo. Espero que este artigo sensibilize o governo e a sociedade para agirem contra esse crime hediondo que atinge diretamente o bolso e a saúde dos brasileiros.

ODED GRAJEW, 69, é coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo e presidente emérito do Instituto Ethos. É idealizador do Fórum Social Mundial e idealizador e ex-presidente da Fundação Abrinq. Foi assessor especial do presidente da República (governo Lula, 2003). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2014.**

Um esquema montado para esquentar dinheiro (IZABELLE TORRES e CLÁUDIO DANTAS SEQUEIRA)

Obtido com exclusividade por ISTOÉ, inquérito no STF pode levar André Vargas à cadeia por falsidade ideológica. Para o MP e a PF, deputado petista montou uma "lavanderia" para justificar recursos de origem duvidosa que irrigaram suas campanhas eleitorais

O DEPUTADO André Vargas (PT-PR) é um político em estado terminal. Num último esforço para tentar preservar o mandato, o petista renunciou ao posto de vice-presidente da Câmara e tirou uma licença de 60 dias. Não foi o suficiente para impedir que seus pares instaurassem um processo contra ele no Conselho de Ética da Câmara por quebra de decoro parlamentar, nem que o seu partido, o PT, o ameaçasse de expulsão. Sua situação se deteriorou depois que ele foi acusado de manter uma relação promíscua com o doleiro preso na Operação Lava Jato, Alberto Youssef.

Vargas é o deputado que ergueu os punhos cerrados, repetindo o gesto dos mensaleiros presos, para debochar do presidente do STF, Joaquim Barbosa, em sessão de abertura do ano legislativo no Congresso. Agora, por ironia da política, quem pode selar o destino político de Vargas é justamente o Supremo, instituição à qual o petista ousou desafiar e fazer troça. Na última semana, ISTOÉ teve acesso com exclusividade às mais de 500 páginas do inquérito 3596, instaurado pelo STF a pedido do Ministério Público Federal, que pode levar Vargas para a cadeia pelo crime de falsidade ideológica para fins eleitorais. A pena prevista, caso o petista seja condenado, varia entre um e cinco anos de reclusão.

No robusto processo, o Ministério Público Federal afirma que há fortes indícios de que o parlamentar montou uma lavanderia de dinheiro para justificar doações eleitorais. Nem a Justiça Eleitoral consegue dizer se os recursos apresentados nas prestações de campanha algum dia chegaram mesmo a circular na conta bancária.

Constam do processo depoimentos de mais de 80 testemunhas que afirmam nunca terem doado dinheiro para a campanha de Vargas. Mas esses são apenas parte dos 200 "laranjas" utilizados pelo petista para justificar a origem dos recursos suspeitos em suas campanhas eleitorais. A prática ilícita teria começado nas eleições de Vargas para deputado

federal em 2006 e se reproduziu na campanha de 2010. Na documentação que embasa o inquérito em curso no STF há relatos dos auditores do Tribunal Eleitoral do Paraná sobre a dificuldade de fazer uma apuração detalhada das contas apresentadas devido à complexidade do esquema. Os procuradores, porém, acreditam que as notas de gastos apresentadas pelo deputado licenciado são frias. Uma lista completa com os dados bancários do parlamentar e dos doadores fictícios, com observações sobre o desencontro dos dados e valores, fundamenta a suspeita dos procuradores.

No STF, o inquérito contra André Vargas é relatado pelo ministro Teori Zavascki. O ministro delegou ao juiz Marcio Fontes a missão de coordenar as investigações. Diligências já foram pedidas à Polícia Federal





Supremo Tribunal Federal
Inq 0003596 - 25/01/2013 16:33
9930093-19.2013.1.00.0000



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 8612-PGR-RG

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Processo nº MPF/PGR 1.25.000.002738/2010-87

1. Trata-se de representação originária do Tribunal de Regional Eleitoral do Paraná noticiando a possível prática, pelo então candidato a Deputado Federal André Luiz Vargas Ilário, do crime de falsidade ideológica para fins eleitorais,

O PROCESSO

Caso o deputado André Vargas (PT-PR) seja condenado no Inquérito aberto pelo STF, a pedido do Ministério Público Federal, ele pode pegar entre um e cinco anos de reclusão

LAVANDERIA ANDRÉ VARGAS





ORIGEM SUSPEITA - A Justiça Eleitoral não identificou na conta bancária os recursos apresentados nas prestações de contas de André Vargas

O esquema de lavagem de dinheiro de Vargas não se limitaria às operações de fraude nas prestações de contas de campanha. Teria ramificações. Em outra ponta da investigação, a Polícia Federal segue o rastro de empresas em nome dos familiares de Vargas. Nos grampos telefônicos divulgados até agora, o deputado aparece em conversas com o doleiro Alberto Yousseff cobrando pagamento de comissões a determinados consultores, um deles chamado "Milton".

Trata-se de seu irmão Milton Vargas Ilário e a PF suspeita que outros familiares do petista também tenham sido usados como laranjas. Nessa vertente do amplo esquema montado por Yousseff, a lavagem de dinheiro se daria a partir do uso de empresas de fachada abertas por seus familiares. Entre as empresas investigadas pela Polícia Federal, que teriam sido usadas na lavanderia Vargas, encontra-se a LSI Solução em Serviços Empresariais. Foi constituída em agosto de 2011 pelo irmão Leon Denis Vargas Ilário e a mulher, Simone Imamura Vargas Ilário, com capital social de apenas R\$ 15 mil. Em 18 de setembro de 2013, os sócios trocam de lugar. Simone sai e entra Milton.

É justamente a véspera da intensa troca de mensagens em que parlamentar e doleiro comemoram as gestões da parceria entre os laboratórios Labogen, LFM e EMS para abocanhar contrato de até R\$ 150 milhões com o Ministério da Saúde. Em apenas um ano, a LSI mudou três vezes de ramo, ampliando seu leque de atuação de pesquisa e consultoria a atividades de cobrança, publicidade, organização de eventos, gestão empresarial e até tecnologia da informação. Curiosamente, a empresa foi aberta no número 58 da alameda Sarutaia, no bairro do Jardim Paulista (SP), onde já funcionava há anos outra empresa, a agropecuária Adram S/A, que acaba de ser selecionada para uma linha especial de crédito do BNDES. Existe a desconfiança na PF de que Vargas e seus parentes também estejam por trás da Adram S/A.

Com a entrada de Milton, irmão do petista, a sede da LSI foi transferida para um apartamento residencial da Vila Mariana, bairro da capital paulista. A PF não identificou qualquer indício de atividade comercial no endereço. Da mesma forma não foi encontrada atividade empresarial no endereço da L Vargas & CIA Ltda., localizada em São José dos Pinhais. A empresa está em nome de outro irmão do deputado chamado Loester Vargas Ilário e sua mulher, Luzia Salete Ribeiro Ilário, e tem como objeto social a prestação de "serviços auxiliares do mercado de capitais".



FACHADA
Empresas em
nome de
familiares de
André Vargas
localizadas
em São Paulo
encobririam
esquema de
lavagem de
dinheiro

No STF, o inquérito que pode levar Vargas à cadeia pelo crime de falsidade ideológica para fins eleitorais é relatado pelo ministro Teori Zavascki. O ministro delegou ao juiz instrutor Marcio Fontes a missão de coordenar as investigações. O juiz pediu dezenas de diligências à Polícia Federal, que trabalha há meses na tomada de depoimentos de testemunhas.

Nos próximos dias, o juiz vai analisar as notas fiscais apresentadas nas últimas campanhas por Vargas. Com base nos depoimentos já registrados de pessoas que constam da lista de doadores, e que garantem não saber como seus nomes foram parar lá, a Polícia Federal vai intensificar a apuração sobre a origem dos recursos que abasteceram a campanha do petista. O uso de laranjas para justificar parte das doações seria uma manobra contábil para esquentar recursos de origem duvidosa. No último dia 18 de março, um ofício assinado pelo ministro Zavascki foi enviado à PF. No ofício, o ministro pede o encerramento da fase de oitivas de testemunhas. Para a PF, os depoimentos não deixam dúvidas de que as doações eram mesmo fictícias.

Os documentos reunidos até agora no inquérito em tramitação no STF complicam de vez a situação política de Vargas. No processo, o Ministério Público identifica uma série de operações estranhas a prestações de contas de um candidato a deputado federal. Por exemplo, extratos bancários da conta aberta em 2006 pelo então candidato do PT mostram movimentações muito abaixo dos custos de uma campanha, com saldos que não passam de R\$ 2 mil. Além disso, o ritmo de arrecadação oficial era lento, com a realização de jantares de adesão que arrecadavam pouco mais de R\$ 3 mil a cada evento. Mas foi a lista provavelmente fictícia de doações recebidas em 2006 pelo parlamentar que encorpou o processo que pode levar Vargas à cadeia. Dos pouco mais de R\$ 300 mil declarados à Justiça Eleitoral naquele ano, quase R\$ 100 mil aparecem como sendo de pequenas doações – entre R\$ 20 e R\$ 600 – de pessoas físicas. O problema é que cerca de 200 pessoas listadas como “doadoras” por Vargas afirmam nunca terem contribuído com qualquer campanha, especialmente a do petista.



RELAÇÕES PROMÍSCUAS - A Polícia Federal suspeita de que o deputado André Vargas e seus irmãos frequentavam o escritório do doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, no número 155, da rua Dr. Elias César em Londrina

Nesse grupo estão 81 vigilantes da Universidade Estadual de Maringá. Eles chegaram a entrar com processos por danos morais na Justiça Estadual contra Vargas e quase a metade já recebeu indenizações. ISTOÉ localizou alguns desses doadores fictícios, que nos últimos dias vêm sendo chamados a depor na Polícia Federal. “Levamos um susto quando avisaram que nosso CPF estava na lista de campanha. Muita

gente da universidade correu para ver o que tinha acontecido. Nunca nos explicaram direito como fomos parar lá. Agora, esperamos a resposta do processo”, diz Wilson Novo, que, segundo a prestação de contas do deputado Vargas, teria doado R\$ 90 para a campanha petista. “Não doamos nada a ninguém. Por isso, buscamos reparações”, completa João Lozada, outra vítima de Vargas.

Na campanha de 2010, o deputado licenciado André Vargas repetiu a fórmula de elencar muitos doadores de pequenas quantias. Não bastasse essa prática suspeita, o petista ainda transformou a sua conta oficial em um duto para que doações ocultas fossem distribuídas a outros candidatos. Empresas doaram dinheiro para o diretório do PT, que, por sua vez, repassou as quantias para a conta de Vargas, a quem cabia fazer uma nova distribuição. Pelo menos R\$ 800 mil de origem desconhecida foram repassados por ele a outros candidatos. Na leitura técnica de quem investiga o caso no STF, descobrir a origem dos recursos que passaram pelas contas eleitorais de Vargas pode ser o caminho para desvendar as dúvidas que ainda precisam ser dirimidas no inquérito no Supremo.



Relator do processo contra André Vargas na Câmara, o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) promete dar celeridade ao caso

A PF pretende ainda pedir a quebra de sigilo bancário e telefônico de Vargas e de seus familiares para identificar a movimentação financeira das empresas e eventuais contatos dos familiares com o doleiro Alberto Youssef. Suspeita-se que o parlamentar e seus irmãos frequentavam o escritório do doleiro no número 155, da rua Dr. Elias César em Londrina. Há mais de R\$ 60 mil em notas de abastecimento de veículos usados por Vargas num posto de gasolina (Posto Centro Cívico) a apenas 550 metros do apartamento de Youssef. Ao constituírem a LSI, o casal Leon Vargas e Simone deram como endereço o número 480 da avenida Inglaterra, a apenas 1,7 km dali. Além da família, a Polícia Federal também está de olho nos assessores políticos de Vargas. Seu chefe de gabinete, Wagner Pinheiro, também serviu ao falecido deputado José Janene e outros caciques do PP desde a época da eclosão do escândalo do mensalão. Acuado pelas denúncias que o cercam, Vargas recebeu na semana passada apelos do PT para que renunciasse ao mandato. Seria, na visão desses petistas, uma tentativa de não contaminar a candidatura à reeleição de Dilma Rousseff. O petista se negou a atender aos pedidos. Reclamou de abandono e desabafou com colegas mais próximos que sua resistência em abrir mão do mandato se deve ao temor de que seu inquérito no STF, aquele que pode colocá-lo atrás das grades, seja enviado à Justiça de primeira instância do Paraná. A essa altura, porém, são poucas as alternativas políticas para André Vargas, o petista que ousou desafiar a Suprema Corte do País e que pode ter seu destino selado por ela.

O passo a passo do dinheiro



“Não imaginava que estava sendo gravado”

“Deveria ter dito: “Vai à PQP!... mas fiquei quieto”

ISTOÉ – Num despacho de 7 de abril, o juiz Sergio Moro, responsável pela operação Lava Jato, diz que a polícia segue examinando o material apreendido e complementando as investigações, mas que ainda seria prematuro afirmar que a relação do senhor com o doleiro Alberto Youssef tem “natureza criminosa”. Por quê?

ANDRÉ VARGAS – O despacho do juiz Sergio Moro é esclarecedor. Para mim, Alberto Youssef sempre foi um grande empresário, dono do maior hotel de Londrina. Ele me disse que tinha sido doleiro no passado e até que fizera delação premiada no Ministério Público. Mas dizia que não atuava mais como doleiro.

ISTOÉ – Num diálogo gravado, o doleiro fala que vocês dois poderiam conquistar a independência financeira em negócios com o governo.

VARGAS – Meu erro foi ficar em silêncio quando ouvi isso. Não imaginava

que estava sendo gravado. Deveria ter dito: "Vai à PQP!..." Mas fiquei quieto e o silêncio foi gravado.

ISTOÉ – Estava deslumbrado?

VARGAS – Não. Deveria ter reagido e não reagi. Mesmo assim, logo depois a transcrição mostra um "kkkkk". Ele estava fazendo graça.

ISTOÉ – O sr. também pergunta pelo dinheiro para o "Milton." Era seu irmão?

VARGAS – Era. Quando estava montando o laboratório Labogen, o Youssef me pediu uma indicação para a área de informática. Indiquei o Milton, que é consultor sênior de grandes empresas. Ele trabalhou para o Youssef e não recebeu. Por isso perguntei.

ISTOÉ – O sr. ajudou o Labogen esperando dinheiro para campanha?

VARGAS – Isso não aconteceu. Dei orientações. Não marquei uma reunião em Brasília. Se era o Labogen uma empresa para lavar dinheiro, como dizem hoje, é preciso uma auditoria para demonstrar.

ISTOÉ – O sr. responde a processo no STF em que é acusado de falsidade ideológica, por ter apresentado falsos doadores nas contas de campanha.

VARGAS – Na campanha de 2006 reuni um grupo de vigilantes para pedir apoio para minha eleição. Eles me trouxeram 199 votos. A acusação de lavagem de dinheiro não faz sentido. Deram contribuições de R\$ 20. Alguém vai fazer alguma coisa para lavar R\$ 20?

IZABELLE TORRES e CLÁUDIO DANTAS SEQUEIRA. Fotos: Sérgio Lima/Folhapress, Adriano Machado/Istoé; ANIELE NASCIMENTO/GAZETA DO POVO/AE. **Revista ISTO É, Abril de 2014.**

Lucas Rocha